



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

LRF

PRESIDENTE: ALESSANDRO GUEDES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 27-02-19

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão
- Documento lido não transcrito

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Bom dia a todos os presentes aqui nessa audiência pública, na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da primeira audiência pública do ano de 2019, na presença dos Srs. Vereadores: Rodrigo Goulart, Isac Felix e Alessandro Guedes.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do Portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço: www.saopaulo.sp.gov.br, link *Auditórios Online*.

Informo também que o convite para esta audiência foi publicado no *Diário Oficial da Cidade*, nos dias 21, 22, 23 26 e 27 de fevereiro de 2019 e em dois jornais de grande circulação: o *Estado de São Paulo*, dia 21 de fevereiro de 2019 e *Folha de São Paulo*, dia 22 de fevereiro de 2019. Essa audiência foi convocada para atender ao disposto no artigo 9º, parágrafo 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que até o final dos meses de fevereiro, maio e setembro o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre.

Foram convidados para esta audiência o Secretário Municipal da Fazenda, Sr. Philippe Duchateau; o Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, Sr. João Antônio, a sociedade em geral, os Vereadores da Câmara Municipal. O Presidente do Tribunal de Contas justificou a ausência e enviou um representante da corte. Passo a ler a justificativa enviada.

- É lido o seguinte: (Justificativa de ausência do Presidente do Tribunal de Contas do Município)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – O Sr. Conselheiro-Presidente João Antônio me ligou também, justificando a ausência porque, nas quartas-feiras, ocorre a sessão do Tribunal de Contas do Município. Então, eles estão em sessão ordinária extraordinária, às quartas-feiras, no período da manhã, o que coincide com as nossas audiências e também com

as nossas reuniões da Comissão de Finanças. Então, vamos ter que conseguir adequar eventualmente para que S.Exa. possa participar. Eu gostaria de convidar para compor a mesa: Sr. Secretário Municipal da Fazenda, Philippe Duchateau; Sr. Fábio Martins de Oliveira, Subsecretário de Orçamento da Fazenda; Otávio Carneiro da Silva, Assessor Chefe da Assessoria da Secretaria Municipal da Fazenda; Henrique de Castilho Pinto, Subsecretário do Tesouro da Secretaria Municipal da Fazenda, Marcos Chust, Agente de Fiscalização do TCM.

Informo que as inscrições dos cidadãos presentes para pronunciamento devem ser feitas junto à secretaria, à nossa esquerda. Para que todos entendam, a primeira parte da audiência, no período da manhã, às 10h, foi chamada para tratar da Lei de Responsabilidade Fiscal. A partir das 11h será aberta a audiência, na sequência desta, sobre o IPTU. Quem quiser falar sobre o IPTU deve se inscrever para depois das 11h.

Quero franquear a palavra ao Secretário Philippe Duchateau.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Cumprimento o Vereador Alessandro Guedes, Presidente da Comissão e, na sua pessoa os demais vereadores e todos os presentes.

Quero dizer de minha satisfação em debutar aqui como Secretário de Finanças, apresentando os demonstrativos da Lei de Responsabilidade Fiscal, como exige esta tão importante lei. Como os senhores sabem, tomei posse em 10 de dezembro e me esforcei ao máximo para trazer todos os fatos, elementos e toda a dinâmica que levaram aos números que estão no fechamento do exercício.

Dado o pouco tempo, e dada a memória dos técnicos presentes, me faço valer do pessoal da Secretaria da Fazenda, Subsecretário do Tesouro, Subsecretário do Planejamento e o Chefe de Assessoria Econômica, que vão nos ajudar a responder os esclarecimentos.

Então vamos à apresentação. Esta apresentação está dividida em três partes. Primeiro vamos expor toda a evolução da receita; na segunda, as despesas; na terceira parte, os resultados, resultado orçamentário, resultado primário, resultado nominal, os demonstrativos de nossa dívida e todos os limites previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

O primeiro *slide* é a visão de nossa receita consolidada. Em 2018 encerramos o exercício com 54.338 bilhões, um crescimento nominal e 5% em relação ao ano anterior. Essa receita é dividida em duas partes, receita corrente e receita de capital: 52.405 bilhões de receita corrente, crescimento de 5,8% em relação a 2017; e receitas de capital, 1.933 bilhão, uma queda em relação aos anos anteriores, uma queda de 14% em relação a 2017.

Vale destacar aqui a abertura que a gente dá sobre as receitas correntes. Tem um conjunto de receitas correntes que a gente chama de recorrente; são aquelas receitas que regularmente ingressam no Tesouro Municipal, decorrentes dos impostos e das contribuições mais recorrentes. E, como receitas não recorrentes, principalmente os programas de parcelamento, alguma coisa que não tem regularidade todo ano.

Quando a gente faz esse recorte de receita recorrente e não recorrente, a gente percebe uma boa retomada do crescimento, a gente cresceu 8,8% em relação ao ano anterior, contra 5,3%. E a não recorrente, a queda de 55% se deve principalmente a que o Programa de Parcelamento Incentivado realizado no ano anterior, 2017, teve um ingresso significativo de recursos em função dos pagamentos à vista. Agora a gente tem, como receitas desse programa de parcelamento, aquelas parcelas que foram estabelecidas em até dez anos. Por isso essa queda brusca nessa parte que não é recorrente.

Outra coisa importante de falar sobre essa nota é que a gente procurou aqui compatibilizar os exercícios anteriores à mudança contábil estabelecida no Plano de Contas 2018. Até o ano passado, o ingresso dos depósitos judiciais, os levantamentos dos depósitos judiciais utilizados para pagamento de precatórios eram contabilizados como receita corrente; a partir de 2018, passaram a ser contabilizados como receitas de capital. Por isso a gente fez essa adaptação dos anos anteriores para tornar compatível a comparação do que a gente está analisando aqui. Percebam os senhores que essa queda na receita de capital, de 14%, se deve principalmente a uma disponibilidade menor dos levantamentos de depósitos judiciais voltados ao pagamento de precatórios. Esses levantamentos são em função principalmente da entrada

de novos depósitos judiciais, vis a vis a saída, a recomposição do fundo de reserva para assegurar os 30% no fundo de reserva dos depósitos judiciais.

No próximo *slide* a gente abre a receita corrente nos seus principais componentes. O primeiro grande grupo, impostos, taxas e contribuições de melhoria. O segundo grande grupo, receita de contribuições, receita patrimonial, receita de serviços, receita de transferências e outras receitas correntes.

Nossa receita de impostos alcançou 29.723 bilhões, um crescimento de 7,7% em relação ao ano anterior. A abertura entre principal e receitas acessórias, de multas, juros e recuperação da dívida ativa, aparece logo abaixo: 28.434 bilhões de receitas de impostos e 1.289 bilhão desse outro conjunto de grupo. Percebam que esse crescimento de 7,7% é derivado desses dois crescimentos, de 12,60% no recurso principal. E essa queda de 44%, como eu disse anteriormente, principalmente em função do Programa de Parcelamento que, em 2017, teve um crescimento grande por causa dos ingressos à vista.

Receita de contribuições basicamente é a contribuição previdenciária da folha de pagamentos para custear a previdência, e a Cosip: 3.947 bilhões, crescimento de 7,2% em relação ao ano anterior. Receita patrimonial, principalmente nossas aplicações financeiras, 773 contra 990, uma queda de 21%, principalmente porque a remuneração média dos depósitos aplicados foi menor em 2018 em relação a 2017. Receita de serviços, 258 milhões, um pouco menos expressiva, crescimento de 13,20%. As transferências, principalmente as transferências constitucionais, SUS, Fundeb, 15.177 bilhões, crescimento de 5%. E as outras receitas correntes, em que boa parte é arrecadação de multas de trânsito, 2.528 bilhões, crescimento modesto de 1,5%.

Essa foi a abertura dos principais componentes da receita corrente. Percebam que o principal fator de crescimento, de elevação das receitas correntes foi na arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria.

Aqui a abertura das principais receitas de impostos. Temos o IPTU, responsável por

9.254 bilhões; o ISS com 14.271 bilhões; o ITBI com 1.980 bilhão; a retenção do imposto de renda na fonte dos servidores públicos, 2.466 bilhões; Fundo de Participação dos Municípios, de 307 milhões; e as transferências do ICMS. Os municípios têm direito a 25% das receitas arrecadadas do ICMS e essa distribuição proporcional a onde o valor adicionado foi gerado, do imposto. E a Prefeitura recebe 7.195 bilhões. E o IPVA, também as prefeituras têm direito a 50% do IPVA, e o critério de rateio é em função do município do emplacamento do veículo. Nós recebemos 2.497.

Percebam que das transferências, tanto federal quanto ICMS e IPVA, um crescimento menor do que as nossas fontes primárias de arrecadação.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Aproveito para registrar a presença do Vereador Ota e do Vereador André Santos.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Continuando, então, o desdobramento das receitas, agora temos uma tela sobre as receitas de capital. Arrecadamos 1.933 bilhão, como dito anteriormente, desdobrados nas receitas de operação de crédito, de alienação de bens, de amortização de empréstimos, transferências de capital, levantamentos de depósitos judiciais e outras receitas de capital exceto depósitos judiciais.

Um bilhão 933 milhões, com 149 milhões de operação de crédito, aqui a gente tem 100 milhões no programa habitacional Casa da Família; 30 milhões para o Asfalto Novo, e 19 milhões do Programa Nacional de Modernização dos Fiscos Municipais; alienação de bens, um valor modesto, principalmente decorrente da venda de imóveis; amortização de empréstimos, também um valor pequeno; transferência de capital, 714. Aqui, basicamente entra nessa conta toda a compensação pelo contrato de concessão com a Sabesp; desses 714 milhões, 453 vêm dessa compensação do contrato de concessão com a Sabesp. Os depósitos judiciais, como a gente falou, e as outras receitas, totalizando o valor de 1.933 bilhão.

Na próxima seção a gente começa o detalhamento das nossas despesas. Em 2018, nossa despesa foi de 54.157 bilhões, crescimento de 5,3%. Percebam um crescimento

compatível também com a evolução da receita total. Essa despesa é distribuída entre despesas correntes, aquelas despesas regulares, e as despesas de capital voltadas ao aumento de investimentos e amortização de dívidas: 49.634 como despesa corrente, crescimento de 4,8%; e despesas de capital, 4.524 bilhões, crescimento de 11% em relação ao ano anterior. Nós vamos detalhar melhor cada um desses dois grandes grupos de despesas.

No *slide* seguinte, pessoal, encargos, 22.965 bilhões, dos quais 13.943 bilhões na folha de ativos e 9.022 bilhões dos inativos. Aí eu quero chamar a atenção dos senhores para um problema que a gente está vendo ao longo desses anos todos: o crescimento expressivo de nossa conta de aposentadorias e pensões. Percebam, senhores, desde 2016, 2017, 2018 crescendo a dois dígitos: 13,5 %, 13,8%, 12,8%. Nossa relação de ativos e inativos está se aproximando de um para um, muitas aposentadorias nesse período recente, o que vem pressionando a nossa folha de pessoal como um todo e percebam que boa parte dessa pressão advém justamente da folha de inativos.

Juros e encargos da dívida; um bilhão e 176, uma relativa queda de 3,1 em relação ao ano anterior, principalmente o efeito da amortização da diminuição do estoque da dívida contratual com a União e as outras despesas correntes; o custeio em geral da Prefeitura: 25 bi, 492, também um crescimento modesto de 3,4.

Então, percebam que o nosso crescimento de 4,8 foi especialmente puxado pelas despesas de pessoal e encargos e, dentro do grupo pessoal/encargos, a folha de inativos, uma das preocupações tão importantes, por isso a dedicação tão presente da Prefeitura em encontrar mecanismos que amortizam essa evolução das despesas com inativos ou que assegura o seu financiamento à sustentabilidade do sistema previdenciário municipal.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Quero, rapidamente anunciar a presença da Vereadora Adriana Ramalho, do Vereador Presidente da Comissão de Administração Pública, Gilson Barreto, que irá realizar conjuntamente com a Comissão de Política Urbana e de Finanças a audiência pública sobre o IPTU, uma palestra; e a Vereadora

Soninha Francine, que já ocupa o lugar na Mesa.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Detalhando agora, então, as despesas de capital, como eu havia dito, divididas entre investimentos, inversões financeiras, seja de porte de capital, principalmente nas empresas controladas pelo município e amortização de dívida, 4 bilhões, 524 desdobrados dessa forma: 2,378 bi para investimentos; 23 milhões para as inversões financeiras; e 2 bi, 122 para amortização de dívidas, seja a dívida contratual, seja de operações de crédito. 2,378 bi de investimento, um crescimento de 19% em relação ao ano anterior, que alcançou 1,987 bi.

No gráfico seguinte, a gente mostra um pouco a evolução ao longo desses últimos cinco anos dos investimentos. Aqui sempre a fotografia do acumulado do ano no terceiro quadrimestre, então a gente chegou a alcançar 4,156 bi em 2015; e em 2016, 2017 e 2018 segue essa evolução de 2,768; 1,723; e 2,049 milhões. Percebam uma capacidade de investimento nesses anos mais recentes pressionadas, também reflexo do nosso orçamento mais apertado para sustentar o custeio em geral das atividades da Prefeitura, especialmente a folha de pagamentos ativos e inativos.

O gráfico a seguir mostra a evolução dos restos a pagar, ou seja, eles processados, que tenham uma medição já realizada do serviço prestado, pendente apenas da liquidação financeira e os não processados ainda, onde tem a reserva do recurso pendente de medição e pagamento. Nós começamos o ano anterior, 2018, com 2,446 bi; pagamos 1.779; houve 632 milhões de cancelamentos de restos, principalmente por não processados; ficamos ainda com saldo de 35 milhões a pagar e, na virada de 2018 para 2019, novas inscrições de restos de 2,779 bi. Então, no começo do ano nossa conta de restos passou de 2,446 para 2,779.

Entrando agora na nossa última sessão: Resultados orçamentário, primário, nominal e os demonstrativos de dívida e dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O primeiro *slide* é nosso resultado orçamentário consolidado. A receita realizada de

54.338, na divisão 52.405 como receitas correntes e 1.933 de receita de capital contra despesas realizadas de 49.634; corrente 4.524 de receita de capital, totalizando 54.157. Portanto, um resultado do período bastante equilibrado para o volume total de despesa do orçamento de 181 milhões de reais.

Na sequência o resultado primário. Nosso resultado primário foi de 3.806 bilhões, contra uma meta estabelecida para 1.564. Vamos primeiro detalhar esse 3.806 bilhões. Nossa receita primária, 49.868 e de receita primária corrente 1.728 bilhão de receita primária de capital, totalizando 51.596, contra as despesas primárias de 46.038, somando os restos a pagar processados pagos e os restos a pagar não processados pagos. Aqui vem uma diferença importante.

Primeiro vamos chegar aos 3.806. Então 3.806 é a diferença entre a receita primária total de 51.596 bilhões contra 47.790. Esse resultado primário de 3.806 atendeu à meta estabelecida que tinha uma previsão de um déficit primário de 1.524. É importante destacar aqui que na definição da Lei de Diretrizes Orçamentárias a contabilização das receitas, especialmente das despesas primárias, contabilizava apenas os valores empenhados e não os valores efetivamente pagos. Por isso essas duas contas novas de restos a pagar processados pagos e restos a pagar não processados pagos, 312 milhões e 1.441.

Então para comparar com a metodologia que estabeleceu a meta de um déficit de 1.524, teríamos de desconsiderar esse efeito financeiro. Por isso trazemos duas linhas do resultado primário apurado. Tanto o resultado primário no conceito financeiro como o resultado primário apurado no conceito de competência. No conceito de competência 2.782 e esse número, portanto, é que se compara com a metodologia empregada no déficit primário previsto para o ano de 1.564 milhão.

Resultado nominal. Resultado nominal é a diferença entre a nossa dívida consolidada líquida no final de 2017 vis-à-vis a dívida consolidada líquida no final de 2018. Nossa dívida consolidada então líquida foi de 38.099 bilhões contra 35.444 bilhões ao final de

2018. Então, 2017, 38.099; final de 2018, 35.444.

O principal efeito dessa redução que levou a um resultado nominal de 2.655 está na dívida consolidada. Passou de 44.987 para 43.261. Nossa dívida contratual com a União, nossa amortização das parcelas constantes passou de 29.405 para 28.740. E a conta de precatórios após 05 de maio de 2000, 15.582 contra 14.521.

As deduções, principalmente, disponibilidade de caixa bruta, demais haveres financeiros. Aqui os demais haveres financeiros são as parcelas futuras do programa de parcelamento. E descontado da conta os restos a pagar processados dão essas deduções de 7.817 bilhões, que levou a nossa dívida consolidada líquida a 35.444 bilhões.

Chegando ao final da apresentação mostramos aqui os nossos limites. Nossos limites com gasto de pessoal. Nossos limites de garantias e de operações de crédito. O limite máximo estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal para todos os Poderes é de 60% da receita corrente líquida nas despesas de pessoal. O nosso limite prudencial seria de 57 e estamos a 38.046, no fechamento do final de 2018.

Garantias. A resolução do Senado Federal define como 22% o total de recursos empregados em garantias. 22% da receita corrente líquida como limite máximo. E aqui no máximo estamos empenhando 016%, um valor de 76 milhões em garantia às operações da companhia SPTrans.

Nas operações de crédito o limite definido pelo Senado é de 16%. Nossos desembolsos com operações de créditos externas e internas estão muito longe desse limite 0,27 e não usamos operações de créditos por antecipação de receitas orçamentárias.

Por fim, o gráfico da nossa evolução da dívida consolidada líquida em relação à receita corrente líquida depois da renegociação do contrato, em 2016. Estamos seguindo 2017, 2018, amortizando os pagamentos e alcançamos, em 2018, 73% da dívida consolidada líquida em relação à receita corrente líquida, enquanto o limite de endividamento estabelecido pela lei de responsabilidade fiscal e resoluções do Senado para os municípios é de 120%. Portanto,

aquém do limite com espaços para futuras operações de créditos por parte do Município.

Vereador Alessandro, essa é a nossa exposição. Estou aqui junto com os técnicos da Secretaria para eventuais dúvidas sobre as contas, todos os fatos e a dinâmica por trás dos números aqui apresentados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Secretário Philippe Duchateau.

Passo a palavra ao representante do TCM, Sr. Marcos Chust.

Tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Isac Felix.

O SR. ISAC FELIX – Gostaria de falar antes do Dr. Marcos Chust. Quero dizer que é muito bem-vindo nesta Comissão, nesta audiência conosco, mas a justificativa do Presidente do Tribunal de Contas do Município, e aqui estamos tratando das finanças da nossa Cidade, durante estes dois anos, eu, a Vereadora Soninha, Vereador Ota e demais Vereadores que fizeram parte da Comissão de Finanças, nós realizamos várias audiências públicas e reuniões de trabalho e não compareceu aqui um Conselheiro do Tribunal de Contas.

Fui Relator da CPI dos Grandes Devedores da cidade de São Paulo e no primeiro mês em que implantamos a CPI, o Vereador Goulart estava conosco, nos estivemos no Tribunal de Contas solicitando um apoio, um auxílio para o nosso relatório e nossos trabalhos aqui. Estivemos na OAB, os membros da Comissão de Finanças e nossos técnicos da Casa, excelentes, procuradores do Município e solicitamos um representante do Tribunal de Contas. Também não compareceu.

Às vezes as pessoas falam que o Vereador Isac tem alguma coisa contra o Tribunal de Contas. Não tenho. Gostaria que os conselheiros, quando os viadutos da Cidade estão caindo, quando os bueiros estão entupidos, os contratos que estão nas gavetas ou nas mesas dos nossos conselheiros andassem mais rápido.

Seria importante que algum deles estivesse para observar como está o orçamento

da Cidade. Muitas vezes a Prefeitura não tem recursos. Temos. Não pode fazer porque as atas estão travadas no Tribunal de Contas. Precisamos entrar num consenso com o Tribunal de Contas. Realmente verificar quem são esses técnicos e principalmente os conselheiros para fazer com que as coisas andem.

E convidamos, chamamos. Em várias audiências públicas, Marcos, nada contra, sei que você está sempre aqui, mas só mandam a justificativa no papel. Na semana passada – está aqui a Dra. Ana -, a Câmara ganhou na Justiça e retomamos os trabalhos da CPI da Sonegação Tributária. Esperamos que desta vez possamos ter um auxílio do Tribunal de Contas quanto ao nosso relatório e também que nos ajudem.

Estamos trabalhando para recuperar a dívida daqueles grandes devedores e agora dos bancos, *factorings*, financeiras e todos que devem para o Município. Vamos trabalhar firme como trabalhamos na outra CPI, mas o Tribunal de Contas e seus conselheiros, e observamos isso, nas últimas ocorrências que tivemos na cidade de São Paulo, coisas que já vêm de muito tempo, até entrevista debaixo de viadutos eles foram dar. Todos. Mas muita coisa na Cidade ainda está parada por causa do Tribunal de Contas do Município.

Então, Sr. Presidente, que esta Comissão de Finanças possa também cobrar e até exigir. Uma audiência tão importante como esta, pelo menos um Conselheiro deveria vir para fazer parte e entender um pouco das contas da nossa Cidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Vereador Isac Felix. Registro realizado, como havia dito anteriormente, o próprio Presidente do TCM entrou em contato justificando a ausência por motivo de reunião ordinária do Pleno do Tribunal e reunião extraordinária também do Pleno, que acontecem todas as quartas-feiras e há incompatibilidade com as nossas reuniões e audiências. Precisamos sim encontrar uma solução para isso, para que possamos ter aqui os conselheiros para debaterem também os assuntos da Cidade que V.Exa. levantou.

Passo a palavra ao representante do TCM, Sr. Marcos Chust.

O SR. MARCOS CHUST – Bom dia a todos. O Tribunal de Contas faz um acompanhamento permanente da execução das metas fiscais, como exposto aqui, tanto as metas de resultado primário quanto nominal foram atingidas.

Independente dessas metas a Prefeitura atuou realmente com responsabilidade fiscal. As finanças estão sob controle, mas sobre especificamente o resultado primário e nominal acho que há uma problemática com a revisão das metas. Inclusive, acho que teria de ser avaliada aqui pelo Legislativo também, porque na prática esses limites legais perderam a sua eficácia.

Então a Prefeitura atua com responsabilidade fiscal, mas não mais forçada por esses mecanismos. E daí que isso acaba perdendo até certa importância, a questão do cumprimento das metas que são revistas durante o ano para muito mais para baixo.

Então agora falando das finanças como uma questão mais realista, acho que é notável que as arrecadações, vamos chamar assim, recorrentes do IPTU, do ISS, realmente, tiveram um aumento muito expressivo. Registra-se, também, a queda das receitas não recorrentes, ao qual o Tribunal já disse que precisa tomar certo cuidado de ficar na dependência das receitas não recorrentes. Como no ano passado, que teve uma expressiva entrada do PPI – Programa de Parcelamento Incentivado e Depósitos Judiciais.

Quer dizer, sob esse ponto de vista, a situação deste ano está bem melhor do que a do ano passado, porque realmente foram as receitas recorrentes que aumentaram. Porém, do ponto de vista financeiro – e aí acho que é uma questão que eu acho que vai meio que ser avaliada para os próximos anos, ano que vem e o seguinte –, acho que vão ser anos difíceis, pois os recursos livres estão, de certa forma, muito pressionados – para quem não sabe, recursos livres são os que podem ser usados para qualquer despesa.

Há toda uma questão de contabilidade que foi mudada pela Secretaria do Tesouro Nacional, mas eu fiz uns ajustes para ver o aumento da receita corrente, tirando-se os efeitos

da dívida ativa, e constatei que o aumento de 2,3 bilhões nas receitas correntes foi usado, na verdade, para bancar um aumento de 1,3 bilhão na despesa com pessoal, sendo que, disso, pouco mais de um bilhão foi só para os inativos e mais 420 foram para o aumento do subsídio do sistema de transporte, dos ônibus.

Isso não é de agora, já faz alguns anos que está havendo uma dificuldade de administração dos recursos livres. Particularmente o ano passado foi muito complicado, e a Prefeitura, em tese, foi salva por entradas extraordinárias muito fortes, tanto do PPI como dos depósitos judiciais. Neste ano, houve menos PPI, menos depósito judicial, mas, realmente, acende um sinal amarelo para os próximos anos, notadamente porque as despesas com aposentadorias e pensões vão continuar crescendo fortemente. Não se sabe ainda os efeitos da reforma do Governo Federal. A reforma municipal, que elevou de 11% para 14% não resolve o problema, porque acrescenta a faixa de 300 e poucos milhões na conta, quando o rombo, na verdade, é muito maior. Por isso, acende uma espécie de sinal amarelo, porque também há exigências, como o pagamento de precatórios até 2014 pela Emenda Constitucional. A dívida, o refinanciamento só vai dar uma folga à Prefeitura em 2010, quando acaba o contrato. Até lá são mais de três bilhões a serem pagos todos os anos.

Por isso, acho que vai ter que ter um esforço conjunto do Tribunal, da Prefeitura e do Legislativo de avaliar não só a curtíssimo prazo, mas a médio prazo, como se manter a Cidade em operação.

É isso que eu queria colocar aqui. É uma questão complexa discutir as finanças neste momento, mas, de fato, há, notadamente, um sinal amarelo para os recursos livres.

Por outro lado, nos recursos vinculados, há muito dinheiro parado nas contas especiais, de recursos vinculados que também demandam uma atitude conjunta, talvez do Tribunal, do Legislativo e da Prefeitura para ver como é que se poderia, eventualmente desvincular esses recursos e promover uma utilização melhor deles, tendo em vista que não se pode entesourar o recurso de um lado e, do outro, o recurso livre estar pressionado.

Obrigado a todos pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Marcos Chust, Agente de Fiscalização do TCM.

Vereadora Soninha com a palavra.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Obrigada, Presidente.

Secretário, primeiramente, um comentário sobre a última fala sobre o fato de haver muito recurso parado em fundos de recursos vinculados. Para ver como as coisas, às vezes, realmente fogem ao nosso alcance de Legislativo e até mesmo do Executivo. Há recursos parados na conta da Operação Urbana Água Branca por conta de decisão judicial, que disse mais ou menos assim: “Ou esse recurso vai para fazer moradia nova na ZEIS do perímetro da Água Branca ou vocês não vão tocar nesse dinheiro”. Aí, até obra de reforma de Cingapura, que é moradia, de mutirão, no perímetro da Operação Água Branca, não pode receber esses recursos por decisão da Justiça. Quer dizer, com o intuito, supostamente, de obrigar o investimento em moradia, acabou paralisando o investimento em obras de moradia.

Por isso, precisamos ter mesmo essa clareza de olhar para o Orçamento e não pensar que há ali 60 bilhões totalmente disponíveis para serem utilizados conforme o Legislativo orienta daqui e o Executivo decida.

Secretário, vou trazer algumas recorrentes dessas audiências públicas da Lei de Responsabilidade Fiscal. O Tribunal de Contas já fez – não sei se – uma recomendação ou solicitação para que o Executivo calcule quanto é dispendido com recursos humanos, com folha de pagamento por meio dos serviços que ainda chamamos, por força do hábito, de conveniados, mas que, agora, tem outra denominação, que são os termos de parcerias com organizações da sociedade civil. As creches conveniadas – não é esse o termo, mas é assim que acabamos falando –, os serviços de assistência social conveniados, eles têm despesas imensas com folha de pagamento. Oitenta por cento das despesas dos convênios do Fundo Municipal de Assistência Social, provavelmente, são com recursos humanos. Muitas vezes, a

Prefeitura até aplica contingenciamento, o congelamento de recursos, de repasses para organizações da sociedade civil, prejudicando o pagamento de folha de pessoas que não são servidores públicos da Administração Direta, mas que são recursos humanos operando, gerindo, trabalhando nos serviços públicos.

Então, não só para efeito da Lei de Responsabilidade Fiscal e para efeito mesmo da responsabilidade na execução orçamentária, precisamos ter esse número de quantos recursos humanos, quanto de folha de pagamento tem direta e indiretamente, comprometendo o nosso Orçamento. Eu sei que a Prefeitura já se prontificou a fazer esse estudo, já decidiu fazer esse estudo, mas não sei se isso já avançou.

Outra questão que já foi trazida aqui em outras ocasiões, tirado até de um relatório de auditores do Tribunal de Contas, foi a fraude em renúncias fiscais; empresas que recorreram às leis de incentivo para a zona Leste, por exemplo, dizendo que estavam criando postos de trabalho, abrindo unidades da sua empresa na região de Itaquera, por exemplo, para fazer jus aos descontos, aos abatimentos de ISS e de IPTU. Foi constatado que são empresas que não funcionam de fato ali. Dizem que abriram escritório de uma empresa de telemarketing, gerando não sei quantos postos de trabalho, e há fotos mostrando que não, só há um prédio vazio e não geraram emprego nenhum na zona Leste, mas, mesmo assim, se beneficiou da lei.

O quanto V.Exa. pode nos falar sobre se houve avanços nisso? Afinal de contas, é uma recuperação de receita. Acabamos tendo um olhar muito rígido com a redução das despesas. Aliás, há esse decreto do fim de semana que nos deixou muito preocupados com essa determinação para renegociar contratos, sob pena de encerrar serviços, quando alguns serviços da Assistência Social já funcionam em bases muito estreitas, quando não estranguladas, e quando temos que pensar também em como aumentar a receita, inclusive fiscalizando sonegação, como essas fraudes da Lei de Renúncia Fiscal.

Por último, Secretário, até entendo que estamos falando aqui do balanço do último quadrimestre, e eu estou fazendo algumas perguntas prospectivas, para as quais, talvez,

V.Exa. não tenha a resposta aqui e agora, mas, caso já tenha, em quanto tempo conseguimos, com a nova alíquota de contribuição da Previdência, desfazer a ladeira? Em quanto tempo começa a virar a tendência de estrangular, cada vez mais, os recursos de Orçamento com Previdência? Até porque, aumentando-se a contribuição dos servidores, aumenta-se também, e até dobrou, a patronal. Então, não é só um aumento de recursos novos vindos dos servidores, o patronal também ficou mais comprometido. E o quanto a Fazenda participou dessa decisão sobre as mudanças nas regras da integração de ônibus? Qual é a previsão de alívio, digamos, para o montante do subsídio do transporte com essa medida bastante rigorosa também, digamos?

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Vereadora Soninha.

Questiono se algum outro Sr. Vereador quer fazer perguntas. (Pausa) Eu tenho algumas perguntas. Vou fazer e depois poderemos até abrir a palavra ao plenário para o Secretário responder tudo de uma vez. Pode ser?

- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Sr. Secretário...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Deixe eu explicar para vocês. Por força do Regimento Interno desta Casa, sou obrigado, nos primeiros 15 minutos da 11h, a abrir a audiência do IPTU e suspendê-la imediatamente para darmos continuidade a esta que trata da LRF Caso contrário, a do IPTU não pode ser aberta. Então, vai ser só protocolar. Está bem? E quem for falar sobre a LRF, é na secretaria que se inscreve.

Agora vou fazer minhas perguntas.

Secretário, a que se atribui o crescimento de 14% do ISS? Do que se trata exatamente?

Qual é a expectativa do crescimento do IPTU nesse contexto em 2019?

Quero saber se V.Exa. conhece algum dos entes públicos que registraram uma

taxa de crescimento acima de 10% nos impostos próprios nos últimos anos.

Em relação a 2016, o investimento das despesas consolidadas e empenhadas caiu cerca de 700 milhões de reais, e sabemos que havia uma autorização para ser gasto até menos 4,3 bilhões. Mesmo assim, houve um saldo de 2,650 bilhões, com uma disponibilidade bruta em caixa de 8 bilhões. Eu queria entender por que o investimento caiu se há dinheiro em caixa.

Por fim, eu gostaria também de entender esse *slide* dos cancelamentos que V.Exa. apresentou, no campo “restos a pagar processados”, mas não processados, no valor de 632 milhões. O que foi cancelado nessa rubrica?

Essas são as minhas indagações.

Quero suspender, de ofício, esta audiência sobre a LRF, e convido o Vereador Gilson Barreto para fazer a abertura da audiência sobre o IPTU que será conjunta com as Comissões de Administração Pública, de Finanças e Orçamento e de Política Urbana.

Então, o Vereador Gilson fará a abertura, fará a suspensão da audiência sobre o IPTU, e retornamos a LRF. Em seguida, haverá a audiência sobre o IPTU.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Alessandro Guedes.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Retomada os trabalhos da Audiência Pública sobre a LRF. Inscreveram-se pra falar cinco pessoas, e pelo que me foi informado pela secretaria, quatro fariam sobre o IPTU. Vou confirmar, e assim poderemos franquear a palavra a quem vai falar sobre a LRF, e depois retomamos para o Secretário responder.

Está inscrita Naomi Cho Lin (sobrenome ininteligível) que vai falar sobre a LRF. Pode se dirigir ao microfone ao lado; e Wellington de Souza falará sobre o IPTU. As inscrições pra falar sobre o IPTU é na secretaria da mesa. O Sr. Mauro Alves da Silva falará sobre LRF; Sra. Lúcia Tavares falará do Movimento IPTU Justo.

Então vou passar a palavra para a Sra. Naomi Cho Lin.

A SRA. NAOMI CHO LIN - Muito obrigada, Presidente. Foi-nos avisado, no início da reunião, que se tratava de uma reunião sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal e não sobre o IPTU. No entanto, eu acho que tem tudo a ver, mesmo porque o Prefeito Bruno Covas deu uma entrevista, recentemente, dizendo que se cortar o IPTU teria de cortar a construção de UBSs, e outras construções ou benefícios para a cidade de São Paulo.

Srs. Presidente e senhores Membros da Mesa, todos sabem que o Estado não gera dinheiro, não gera recursos pra ninguém. Quem gera recursos para os senhores pagarem todas essas dívidas assombrosas que a cidade de São Paulo tem de pagar, somos nós, trabalhadores, pagadores de impostos. E chega uma hora que a gente não aguenta mais pagar. Eu poderia estar reclamando de diversas coisas que eu tenho que pagar, mas eu estou reclamando especificamente do IPTU, que será na próxima reunião.

Gostaria de chamar atenção para o seguinte, ao aumento de despesa com pessoal, encargos sociais. Em 2014 houve aumento de 60%, e nos anos anteriores os aumentos foram: 4%; 10%...

Um momento, senhor, por favor. Eu estou falando, gostaria de um pouco de atenção. Muito obrigada. (Palmas)

Nos anos anteriores foram: 4,5%, 10%; 13%; 8%. Em 2014, 60% de aumento de despesas com pessoal e encargos sociais! Depois disso, em 2015, 15%; 2016, 10%; 2017, 6%; e 2018, 7%. Então a minha pergunta, como contribuinte, como trabalhadora e pagadora de impostos, é: quando essa palhaçada vai parar? Nós não aguentamos mais pagar essa conta! Vocês têm de diminuir essa máquina! O pagador de impostos não aguenta mais pagar por um Estado inchado e incompetente! Então, por favor, Sr. Presidente, senhores membros da Mesa, isso tem que parar, não aguentamos mais!

Então a partir do momento que vocês começarem a cortar esse inchaço da máquina, nós podemos conversar sobre outras formas de equilibrar essa equação. Mas por

agora, vocês só aumentam, aumentam, aumentam e aí os senhores reclamam que não aguentam mais pagar a dívida com os inativos. Mas vocês estão contratando cada vez mais pessoas pra terem mais dívidas com inativos! Nós não aguentamos mais pagar! Lei de Responsabilidade Fiscal? Virem-se! Cortem os gastos do Estado, da máquina. Não dá! Nós pagamos por quem paga impostos e por quem não paga impostos, por quem está aposentado, por todo mundo. Não damos conta mais, senhores! Vocês têm de nos ajudar. Qual é o resultado? Evasão de contribuição, evasão!

A Vereadora Sônia mencionou que as empresas afirmam que estão fazendo determinadas coisas pra terem certos descontos. E na verdade não estão, ou seja, estão sonegando impostos. Por que sonegam impostos? Porque não aguentam mais pagar. Então tem sonegação, tem evasão e tem falência porque vai sair todo mundo de São Paulo. Ninguém aguenta mais pagar essa carga toda.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. Naomi. Tem a palavra o Sr. Wellington de Souza. Atenha-se aos três minutos, por favor.

O SR. WELLINGTON DE SOUZA - Bom dia a todos.

Eu tenho, na verdade, alguns questionamentos que são os seguintes: por que o IPTU de um imóvel residencial é 10%; e do comercial é 15%? Por que isso? Qual é a diferença entre um imóvel e outro?

Outra coisa: se um imóvel pertence a uma empresa, ele é comercial. Mas se pertence a um cidadão que alugou para um comércio, ele continua sendo residencial porque pertence a uma pessoa física. Segundo o Código Tributário Nacional, o artigo 34 diz que o locador não pode cobrar IPTU do locatário. É o que diz o Código. O fisco também diz a mesma coisa: que o responsável é o proprietário. Se o proprietário é uma pessoa física, por que ele tem de pagar 15%? Essa é a pergunta.

Tem outra situação que eu gostaria de colocar: eu tenho três amigos que tinham lá

sua casinha, moravam com sua família e o cara perdeu o emprego, a esposa perdeu o emprego. Eles, para resolver a situação, foram morar com os pais e alugaram seu imóvel. Alugaram para um comércio. Ele vai demorar aí alguns anos para resolver o problema dele e vai voltar a morar na casinha dele. Quando ele voltar, o IPTU, que era residencial, que deveria estar em três mil reais, vai estar em cinco, porque virou comercial. Quando ele voltar para a casinha dele, esses dois mil reais de diferença será abatido do IPTU dele ou ele vai continuar pagando cinco? São esses questionamentos que eu gostaria de fazer.

Muito obrigado! Fiquem com Deus! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Muito obrigado, Sr. Wellington de Souza. A próxima oradora é a Sra. Carolina Borges.

A SRA. CAROLINA BORGES – Se possível, queria que fosse apresentado o *slide* de despesas correntes empenhadas, porque eu fiquei com uma dúvida. Também queria dizer que na audiência que teve, no final do ano passado, em que o Tribunal de Contas deveria vir e expor os seus gastos, o pessoal do Tribunal não veio. Então reforça a fala do Vereador Isac. Eu, como munícipe, fiquei bem chateada com a ausência do Tribunal nessa audiência.

Não deu para colocar o *slide* que eu pedi, mas assim nele mostra que 26 bilhões são gastos com auxílio-transporte, alimentação e gastos da Prefeitura. Representa quase mais da metade do que é gasto no total de despesas correntes, sendo que os inativos são nove bilhões. Entendo a questão da aposentadoria, mas assim o salário médio aqui da cidade de São Paulo é de 2.500 reais. Acredito que os Vereadores gastem muito mais que isso, só na fatura do cartão de crédito.

Atualmente a gente está pagando, eu como munícipe, assim como todos os munícipes, a gente paga um milhão de reais por mês em auxílio-saúde. É um dado que está aberto na Câmara e eu como munícipe não consigo saber para quem eu estou pagando isso. Então assim, a gente está financiando plano de saúde sendo que vocês deveriam, assim como eu, usar o SUS. Vocês deveriam ter filhos em escolas públicas, igual eu tenho. E assim, o

salário de vocês é muito mais alto do que todo mundo aqui da Cidade e vocês ainda têm muitos auxílios: auxílio-moradia, auxílio-alimentação.

Entendo que a Lei de Responsabilidade Fiscal determina uma porcentagem para o Legislativo. Então acho que temos de começar a questionar, porque nesse bolo legislativo tem uma fatia de bolo supergenerosa de 6% - se eu não me engano - e a população tem de ficar migalhando? Não é justo isso. O salário médio daqui é de 2.500 reais. Quem está pagando auxílio-moradia ou auxílio-saúde e alimentação de vocês são pessoas que ganham menos do que vocês gastam com cartão de crédito.

Então queria pedir consciência para vocês de rever esses gastos que vocês têm. Por favor, depois eu queria que me explicassem esses 26 bilhões, porque eu não entendi que gastos são esses. Obrigada! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Agradeço à Sra. Carolina Borges.

Com a palavra o Sr. Mauro Alves da Silva, do Jabaquara.

O SR. MAURO ALVES DA SILVA – Sou do Consabeja Jabaquara. Cumprimento os Vereadores Gilson Barreto e Soninha. Nessa questão da Lei de Responsabilidade Fiscal foi apresentada aí a questão das receitas; IPTU: nove bilhões, ISS: 14 bilhões, ICMS: sete bilhões. Só que a gente está falando de responsabilidade fiscal, mas se esquecendo da responsabilidade social e da responsabilidade gerencial.

Como disse a Vereadora Soninha, há diversos projetos paralisados, que faz com que isso caia a receita dos comércios, das empresas locais e aí fica essa gana, essa gulodice, vamos dizer assim, do Poder Público em cima do IPTU, porque você não tem como escapar do IPTU. E o IPTU vem com esse aumento anual de 10%, que pressiona a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque não está tendo receitas em outras fontes.

Chamo a atenção porque a gente cobra mais transparências na questão das renúncias fiscais e dos subsídios, porque está totalmente fechada a questão, por exemplo, do subsídio do transporte. Você faz uma licitação, dá um subsídio de seis, sete, 12, 13 bilhões e de

repente reduz as linhas e ninguém sabe quem fica com esse lucro.

Então vou chamar atenção, especificamente, da Operação Urbana Água Espreada e o modelo da questão da Operação Urbana Água Branca, em que foi arrecadado quatro bilhões, desde 2001 até 2018. Foi consumido todo esse dinheiro. Era para construir 8.500 moradias, mas construíram 700. Construíram aquela Ponte Estaiada de 360 milhões. Propuseram um túnel de dois bilhões. Então todo esse dinheiro está sendo desviado para questões que não afetam em benefício da comunidade. No caso específico da Operação Urbana Água Espreada, todo o comércio do entorno da Operação Urbana, inclusive do monotrilho Morumbi-Jabaquara, está paralisado.

Então o comércio está paralisado, estão fechando as portas e a ganância da Administração Municipal vai em cima do IPTU. Então a gente depois vai discutir sobre o IPTU e vamos nos aprofundar nesse tema. Mas a gente gostaria que a Comissão de Finanças e de Administração Pública verificasse com carinho a questão da aplicação dos recursos, principalmente, na Operação Urbana Água Espreada e no monotrilho Jabaquara-Morumbi, que tem 350 milhões do Município nessa operação do monotrilho e está paralisado as obras desde 2014, pelo menos.

Muito obrigado! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Muito obrigado, Sr. Mauro Alves, do Consabeja Jabaquara. A Sra. Lúcia Tavares vai falar sobre o IPTU, então será a primeira a falar na audiência seguinte.

Por isso passo a palavra ao Secretário Philippe Duchateau, para fazer suas considerações.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Obrigado, Sr. Presidente. Vamos tentar, pela ordem, responder todas as questões. Na audiência seguinte, tenho uma apresentação montada para o IPTU. Boa parte das dúvidas aqui dos munícipes colocadas serão respondidas nessa audiência e a gente continua também com as dúvidas que porventura virão naquele

momento.

Pegando aqui então pela ordem, a Vereadora Soninha, o comentário sobre os recursos parados, empossados nas operações urbanas, entre outros fundos de recursos vinculados. E aí eu faço uma ponte também com que comentou o representante aqui do Tribunal de Contas, muito bem colocado. Os recursos livres do orçamento, recursos livres do Tesouro, cada vez mais pressionados, enquanto decisões judiciais ou mesmo restrições de aplicação dos recursos, tornam o recurso desses fundos vinculados bem mais de difícil execução e, portanto, com sobras ali não aproveitadas.

O diagnóstico é esse mesmo. Muito bem-vinda a desvinculação de receitas, principalmente, nas receitas correntes onde a gente pode desvincular até 30%. Isso permite uma flexibilidade melhor e a gente está procurando montar um programa de investimento que aproveite cada vez melhor os recursos das operações urbanas, os recursos do fundo do FMSAI, do Fundurb, do Fundo de Desenvolvimento Urbano, do próprio fundo de desenvolvimento do trânsito. Esse é um olhar atento. Essa é uma diretriz que a gente deve perseguir.

Com relação aos recursos humanos empregados nos contratos de gestão ou nesses termos de parcerias com as organizações sociais, de fato a Prefeitura vem (ininteligível) esforços no sentido de classificar corretamente a despesa executada com esses contratos, separando aquilo que é pessoal, separando aquilo que são outras despesas de custeio, que sustentam essas atividades.

Essas entidades prestam serviços - e aí concordo, Vereadora -, as entidades prestam um serviço fundamental na assistência social, nas creches, em diversas outras atividades, na saúde, principalmente, boa parte do orçamento da saúde é voltado para isso, prestam um serviço de qualidade, prestam serviço com eficiência e a gente tem que cada vez mais fortalecer a regulamentação disso e a transparência dessas informações para justamente incentivar o uso desse dispositivo que proporciona para a Prefeitura serviços mais eficientes e

de melhor qualidade.

Não tenho aqui, Vereadora, mas me comprometo a passar para a senhora e para todos os Vereadores dessa Comissão e também todos os Srs. Vereadores da Casa o andamento da apuração das fraudes denunciadas nos incentivos fiscais, especialmente, esse que a senhora citou da zona Leste. Infelizmente, a gente não veio preparado aqui para responder isso, mas certamente a gente tem e me comprometo a passar e tornar transparente a informação do que foi apurado até agora.

Com relação ao decreto do final de semana, agora, da adequação dos serviços prestados por essas entidades na Saúde, na Assistência e também o contrato de concessão de coleta e tratamento de lixo, no decreto envolveu essas três áreas. Ele é um sintoma da preocupação atual, bem colocado aqui pelo representante do Tribunal de Contas, que estamos com uma luz amarela. Não podemos nos dar ao luxo de não estar constantemente buscando ações de melhoria, de ganho de eficiência na prestação de serviços.

Imaginamos que tem um grande potencial de reduzir, adequar os contratos, as disponibilidades orçamentárias, otimizando a prestação de serviço, revendo os contratos sem ter que, necessariamente, diminuir o escopo. Mas o decreto, bem como a senhora notou, pode prever isso, porque é sinal de que os recursos são limitados e que a gente precisa encontrar o equacionamento necessário para viabilizar todas as ações demandadas pelos serviços públicos e pelos programas de metas que a gente está propondo à Cidade.

Com relação à Previdência, a pergunta, se eu entendi bem, foi quanto tempo a nova alíquota de Previdência vai reverter a situação de desequilíbrio nas contas? Em quanto tempo? A nossa Reforma da Previdência trabalhou em duas frentes importantes. Ela trabalhou na frente de majoração da alíquota de 11 para 14%, e, evidentemente, na contribuição patronal de 22 para 28% e na Previdência Complementar.

Os novos ingressantes terão a sua aposentadoria sujeito ao teto do regime geral, que hoje está em 5.800 reais e se quiserem usufruir na aposentadoria um valor maior do que o

teto do regime geral, que é o mesmo para todos os trabalhadores da iniciativa privada, terão de montar a sua Previdência Complementar com contribuições ao Fundo de Previdência Complementar ao longo de toda sua vida e aí na aposentadoria, os recursos ali disponíveis vão complementar a renda.

Essas medidas não resolvem o déficit. Mesmo a majoração da contribuição previdenciária e da contribuição patronal de 22 para 28 significa que o recurso do Tesouro que antes ia para cobrir a insuficiência, agora está sendo, simplesmente, deslocado. Mudou o rótulo, mas continua sendo esforço dos recursos arrecadados com impostos para sustentar o Sistema Previdenciário Municipal. E o aumento da contribuição do servidor, aí sim, equaliza melhor. Ele compartilha o esforço de contribuição para a Previdência com os servidores. Nós estávamos, mais ou menos, para cada um real de contribuição do servidor para custear o Sistema Previdenciário, a Prefeitura colocava outros cinco reais. Com essa revisão, essa equação melhorou um pouco; para cada real colocado dos servidores, o recurso de impostos destinados, tanto para contribuição previdenciária, quanto para insuficiência, a relação agora está de um para quatro.

Então a partir do momento em que passa a vigorar a alíquota de 14%, ou seja, cumprida a noventena, que agora a partir de abril a contribuição é majorada para um por cento. Então, o que houve foi uma em uma distribuição melhor no financiamento entre recurso e contribuição servidor e o recurso arrecadado de impostos. Agora, ela por si não resolve. A Prefeitura, os Municípios não podem mudar tempo de contribuição. Não podem mudar valor do benefício previdenciário, e está tudo definido na Constituição.

Por isso a Reforma da Previdência. A Reforma da Previdência Municipal é complementar aos assuntos que estão sendo discutidos no Congresso Nacional da Reforma da Previdência. Majorar o tempo de contribuição - isso é fundamental. A expectativa de vida das pessoas está subindo muito. Há casos de servidores que tem expectativa de vida na aposentadoria maior do que a expectativa de vida como contribuição. A nossa Legislação

Previdenciária, as aposentadorias precoces foram todas construídas - precoces hoje -, mas foram todas construídas num tempo em que a expectativa de vida era muito menor do que nos dias de hoje. Com o envelhecimento da população, graças a Deus todos nós estamos trabalhando mais, estamos vivendo mais, precisamos adequar a razão entre tempo de contribuição e tempo de usufruto dos benefícios previdenciários para garantir a sustentabilidade. E é isso que a Reforma da Previdência no âmbito nacional está fazendo, porque aqui não poderíamos fazer, não há esses instrumentos para trabalhar.

Então tudo que trabalhamos foi naquilo que a Legislação permite que os Municípios possam trabalhar. A instituição da Previdência Complementar, a limitação da aposentadoria para os novos servidores ao teto do regime geral, igual a qualquer trabalhador da iniciativa privada, e uma distribuição, um equacionamento melhor entre Tesouro Municipal, recurso arrecadado de impostos e contribuição de servidores para o equacionamento, para a sustentabilidade do sistema previdenciário.

E por fim, integração de ônibus. As mudanças recentes no ônibus. Sim, a Secretaria da Fazenda acompanhou as discussões. São medidas fundamentais. O nosso representante do Tribunal de Contas apontou muito bem a questão no sentido de que além dos gastos com inativos, os gastos com subsídios cresceram a taxas chinesas nesses últimos anos preocupa demais a sustentabilidade de todos os demais serviços: Saúde, Educação, Habitação, Assistência Social. Preocupa demais a sustentabilidade de serviços quando algumas despesas particulares abocanham boa parte do orçamento, cresce a um volume muito expressivo.

Vimos aqui na apresentação a evolução dos gastos com inativos e a compensação tarifária, ou seja, os subsídios, a diferença entre receitas e despesas, receitas arrecadadas de despesas com serviços de ônibus também cresceu muito. O que a Prefeitura buscou? Bom, quem pode mais, paga mais. Como é que a gente então para não onerar demais o usuário comum do bilhete de transporte, a portaria enviada para cá revisando a tarifa do sistema de

ônibus aumentou a contribuição do vale-transporte, aumentou o valor da passagem para o vale transporte a 4,57 e restringiu o uso para até duas viagens. Essas medidas juntas podem proporcionar por volta de 500 a 600 milhões de reais em uma conta que gira em torno de três bilhões de reais, ou seja, a diferença entre receitas e despesas.

Então, de novo, é uma medida para continuar assegurando a prestação de serviços a preços módicos para usuário comum e cobrando das empresas. Não faz sentido as rendas das empresas serem custeadas com subvenções da Prefeitura. Então, nesse sentido a gente promoveu esse balanceamento melhor entre tarifas distribuindo melhor as tarifas entre usuário comum e o vale-transporte. Volto a dizer, nada muda para o trabalhador que continua sendo descontado os 6% da sua folha para custear o serviço em transportes, mas as empresas pagam um valor de 4,57, o valor que equilibraria se todo mundo pagasse pelo serviço.

Agora, então as dúvidas nosso Presidente Alessandro. 14% de crescimento no ISS. A que se deve isso? Diria que são duas coisas que aconteceram ao longo do ano 2018. Houve uma grande reformulação no sistema na cobrança do ISS dos prestadores de serviços de informática, de software, havia certa insegurança jurídica no setor, diferentes tipos de serviços com alíquotas diferenciadas e o contribuinte não sabia se recolhia no serviço que tem alíquota 5 ou no serviço que tem alíquota 2. Então, houve um trabalho bastante importante no sentido de homogeneizar a alíquota para todos os serviços envolvidos na informática e isso trouxe segurança jurídica. A alíquota foi muito discutida com setor. É uma alíquota que equilibra, mas só o ganho de segurança jurídica fez com que inclusive algumas empresas voltassem a São Paulo. Então, essa é uma medida importante que ajudou na arrecadação.

Outra medida importante foi a regulamentação da Lei 157, que estabeleceu toda a legislação para todos os municípios sobre a cobrança de ISS. Nessa legislação, por exemplo, ficou bastante claro que nenhum Município pode oferecer uma isenção de ISS para menos de 2%, ou seja, uma alíquota menor do que 2%. Isso mitigou muito o problema da guerra fiscal entre os municípios. Uma empresa abria em um determinado município, mas na verdade toda a

sua operação estava aqui em São Paulo.

Então, esse efeito também foi bastante importante para ajudar na arrecadação e medidas de combate à fraude, medidas de inteligência fiscal, de uso de informações eletrônicas, cruzamento de base de dados para ações de combate à sonegação. Não houve, deixar claro isso para todos, majoração de tributo. Não houve aumento de alíquota, aumento de carga tributária, não houve isso.

Esses três fatores que eu mencionei foram os principais motivadores desse crescimento substantivo, além da retomada da atividade econômica. Não estamos voltando a crescer tal qual crescíamos antes da crise, mas sem dúvida, 2018 mostrou sinais de atividade econômica melhores, um crescimento melhor do que o crescimento de 2017. Imagine que em 16 e 15 tivemos uma grande recessão, uma grande depressão.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) - Sr. Secretário, por motivo de tempo, V.Exa. pode deixar as minhas outras questões para serem respondidas na outra audiência.

Só queria aproveitar essa interrupção por um minuto e suspender esta audiência que estamos fazendo agora da LRF, abrir rapidamente a Comissão de Finanças e Orçamento. Suspendo esta reunião de ofício e retomo a audiência pública sobre a LRF.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Alessandro Guedes.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) - Tem a palavra o Sr. Secretário para continuar as respostas. Obrigado.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU - Segunda pergunta. IPTU 2019. Previsão de crescimento... Ah, para deixar para a outra audiência pública. Ok.

Sobre as observações dos munícipes, a Sra. Naomi mencionou na sua fala o aumento de 60%, em 2014. De fato, acho que os demonstrativos que aparecem no Portal da Transparência mostram as despesas classificadas como pessoal e encargos, mas é importante dizer - e a gente pode depois passar essa série ajustada - que houve mudanças metodológicas

ao longo desses anos. Parte das despesas de inativos que antes eram classificadas como outras despesas de custeio, passaram a incorporar a despesa de pessoal e encargos. Nenhuma Prefeitura, nenhum Estado e nem a União aguentaria um impacto de 60% de um ano para o outro de crescimento das despesas de pessoal.

Então, ali é preciso tomar certo cuidado porque a informação está correta porque na época a classificação contábil era aquela que vigia, então, todos os balanços, todos os demonstrativos são aqueles, mas houve mudanças metodológicas o tempo todo, inclusive regulamentado até pela Secretaria do Tesouro Nacional, o sistema contábil dos Estados, do município e da União vão sendo adaptados a técnicas melhores, a melhor transparência e houve uma mudança metodológica nesse tempo. Então, de fato, não houve aquele aumento de 60%. A mudança nos anos mais recentes está correta.

Respondendo a provocação que a senhora colocou, é isso mesmo, a reforma da Previdência, essa mudança importante nos efeitos do subsídio do sistema de transporte são medidas que promovem a contenção de gastos que crescem a taxas muito expressivas, a taxas insustentáveis. Então, a Prefeitura vem adotando várias medidas. Em 2017 houve um grande programa de renegociação de contratos, economias expressivas com despesas gerais como aluguéis e outros tipos de atividade.

É nosso dever promover cada vez mais a busca por essa eficiência e essa é uma atividade que todo ano tem que ser feita. O corte do desperdício, a racionalização de gastos nunca se esgota, por mais que a gestões anteriores tenha feito um bom trabalho. Sempre há espaço para encontrar medidas de aprimoramento, medidas de ganho de eficiência. Nosso dever é buscar cada vez mais esse espírito, esse incentivo para não onerar o contribuinte de impostos que, concordo, paga uma carga tributária bastante alta, paga uma carga bastante alta para sustentar uma série de serviços que os entes federativos todos colocam à disposição da população.

A dúvida do Wellington Souza. Por que o IPTU aumentou de 10 a 15%? Porque é

10 residencial e 15 não residencial. Acho que vamos tratar isso muito bem na audiência do IPTU. Por que o imóvel comercial paga uma taxa e por que o residencial paga outra? A gente vai discutir isso na próxima audiência.

Carolina Borges. O que são esses 26 bilhões de despesas correntes, em outras despesas correntes? Então, aquela classificação da receita corrente diferencia três grandes grupos: pessoal e encargos – encargos da folha de pagamentos -; juros das nossas dívidas e outras. Outras é tudo aquilo que não é pessoal e juros. Nessas outras, por que o volume é tão grande? Porque é todo o custeio, por exemplo, a gente mencionou aqui todo contrato com as organizações sociais para prestar os serviços de atenção à saúde, todas as despesas dos contratos de varrição, de coleta e tratamento de lixo, todas essas despesas de contrato regular para sustentar o funcionamento dos serviços públicos se enquadra aqui. Só sai dessa quanto a despesa de pessoal e o juros, que é o pagamento da dívida. Todos os demais, volto a dizer, contrato de varrição, compra de medicamentos, os próprios contratos com os prestadores de serviços terceirizados, tudo isso entra nessas outras despesas correntes. De todas as despesas correntes é uma das que a gente está contendo cada vez melhor.

Posso recuperar o slide e reapresentar aqui a evolução das despesas correntes. Vamos lá. A despesa total cresceu 4,8, sendo pessoal e encargos 7; juros e encargos da dívida teve uma queda porque o nosso estoque da dívida vem diminuindo, portanto os encargos com a dívida vêm diminuindo e as outras despesas correntes crescendo 3,4. Ou seja, as despesas correntes crescendo metade do que cresce a despesa de pessoal. Então, aqui é a racionalização de serviços, corte, economias para promover o serviço com qualidade, mas com toda a eficiência possível.

Eu acho que tirando as duas de IPTU, essas eram as dívidas que apareceram aqui e que agora a gente pode deixar as dívidas de IPTU para próxima.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) - Quero agradecer ao Secretário, ao Sr. Marcos, representante do TCM, e a todos os assessores da Secretaria da Fazenda.

Peço apenas ao Sr. Secretário que permaneça na mesa para que a gente possa fazer a audiência pública junto com a Comissão de Administração Pública, Política Urbana e Finanças Orçamento.

Não havendo mais oradores inscritos, declaro realizada audiência pública da Lei de Responsabilidade Fiscal para o mês de fevereiro.
